OUTRAS MATÉRIAS**Extrato de Publicação da PORTARIA n.º 88/2023-MP/1ª PJDIAT/BELÉM-PA**

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, torna pública a PORTARIA n.º 88/2023-MP/1ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002112-6, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.

PORTARIA de Instauração n.º 88/2023

Data da Instauração: 25/09/2023

Objeto: Assegurar à M. D. N. D. A., pessoa idosa com 66 anos de idade, usuária do SUS (CNS nº 706305703889678), munícipe de Belém, a realização do exame de fotocoagulação de ambos os olhos (panfote) e a injeção intra-vítreo antivegf AO (6 no total), conforme prescrição médica.

Protocolo: 991331

PORTARIA N.º 0011/2023-MP/3ªPJDIAT/BELÉM-PA

PA Nº 09.2023.00002123-7

A 3ª Promotora de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho de Belém, usando de suas atribuições, e CONSIDERANDOS (constam na versão original)

DECIDE:

INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com vistas a APURAR possível situação de risco e/ou vulnerabilidade social do Sr. GLAWBER GOMES FERREIRA, pessoa com deficiência, que necessita de institucionalização em residência inclusiva/residência terapêutica e demais providências que se fizerem necessárias à salvaguarda dos direitos fundamentais envolvidos;

DETERMINAR, desde já, as seguintes diligências:

1. Autue-se esta PORTARIA, com seu registro em pasta própria da Promotoria de Justiça, juntamente com toda a documentação relativa à notícia de fato formulada;

2. Expeça-se ofícios à Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESPA) e à Secretaria Municipal de Saúde (SESMA), encaminhando cópia da presente PORTARIA, solicitando a adoção das medidas cabíveis, especialmente quanto à proteção, através do acolhimento em residência inclusiva, conforme preconiza o Estatuto da Pessoa com Deficiência, artigo 31, com prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta perante esta Promotoria de Justiça;

3. Encaminhe-se cópia desta PORTARIA à Procuradoria-Geral de Justiça, à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais da Educação, Saúde e da Assistência Social;

4. Afixe-se esta PORTARIA no local de costume, providenciando-se a remessa de cópia para publicação (artigo 4º, inciso VI, da Resolução n.º 23/2007-CNMP);

NOMEAR o servidor ELIZEU DE PAULA GUIMARÃES JÚNIOR para servir como Secretário, que deverá fiel e zelosamente cumprir as suas funções. Belém-PA, 26 de setembro de 2023.

SILVIA BRANCHES SIMÕES

3ª Promotora de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital, em exercício

Protocolo: 991337

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**Extrato da PORTARIA n.º 003/2023-MP/PJC**

O Promotor de Justiça de Curionópolis, com fundamento no art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8.625/93, art. 52, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de PORTARIA nº 003/2023-MP/PJC referente ao número SAJ nº 09.2023.00001733-3, o qual se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Curionópolis, situada na Avenida São Paulo, nº 174, Centro, Curionópolis/PA CEP 68.523-000 - Telefone: (91) 98578-8530.

PORTARIA nº 003/2023-MP/PJC – Procedimento Administrativo

Polo Ativo: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará - SINTEPP

Assunto: Acompanhar as políticas públicas da rede estadual e municipal de educação no município de Curionópolis em relação ao transporte escolar e merenda dos alunos do ensino fundamental e médio.

FABIANO OLIVEIRA GOMES FERNANDES - Promotor de Justiça.

Protocolo: 991379

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**Extrato da Recomendação n.º 004/2023-MP/3ªPJ-PGM**

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Promotora de Justiça GRACE KANEMITSU PARENTE, 3ª PJ de Paragominas, com fundamento no art. 54, VI, e §3º da Lei Complementar nº 057/06, no art. 4º, Inc. VI, da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, e nos arts. 32 (final) e 24, §2º, I, da Resolução nº 007/2019-CPJ, torna pública a instauração da Recomendação nº 004/2023-MP/3ªPJ-PGM, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Paragominas, situada no Eixo W1, s/nº, bairro Célio Miranda, CEP 68.625-510 - Paragominas/PA, telefones nºs (91)

3729-1783 / 3729-3820.

Recomendação nº 004/2023-MP/3ªPJ-PGM

Requerido: Maria do Rosário Silva – Conselheira Tutelar de Paragominas

Objeto: Abuso de poder ou desvio de finalidade

GRACE KANEMITSU PARENTE, 3ª de PJ Paragominas

Protocolo: 991372

Extrato de Publicação da PORTARIA n.º 083/2023-MP/2ª PJDIAT/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, torna pública a PORTARIA n.º 083/2023-MP/2ªPJDIAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.

PORTARIA de Instauração n.º 083/2023

Data da Instauração: 26/09/2023

Objeto: Garantir à Sra. EDINA MARIA JESUS DE PAULA, idosa de 64 anos de idade, paciente do Sistema Único de Saúde – SUS (CNS n.º 707 0038 7379 6335), diagnosticada com artroalgia (CID 10 M 25), a realização do exame de ULTRASSONOGRRAFIA DO OMBRO DIREITO E DO OMBRO ESQUERDO, de acordo com suas respectivas prescrições médicas.

Promotora de Justiça: Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares (Titular)

Protocolo: 991364

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO Nº001/2023-MPPA/3ªPJ/ATM**

O 3º Promotor de Justiça de Altamira/PA, com fundamento no Artigo 27, Parágrafo Único, inciso IV da Lei 8.625/93 e Artigo 52 ss. da RESOLUÇÃO Nº 007/2019-CPJ, de 06/06/2019, torna pública a Recomendação referente ao Procedimento Administrativo, sob nº SAJ 09.2023.00002066-0, que se encontra à disposição na 3ª Promotoria de Justiça de Altamira, situada na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 2785, Esplanada do Xingu, Altamira/Pará, fone (93) 3515-1744.

Recomendação nº 001/2023-MPPA/3ªPJ/ATM

Autor: Ministério Público do Estado do Pará

Ao Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará e ao Superintendente Regional do Xingu, que: no prazo de 120 (cento e vinte) dias implemente, no município de Altamira/PA uma Delegacia Especializada no Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.

Luciano Augusto Araújo da Costa – Promotor de Justiça Titular da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa dos Órfãos, Interditos, Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos de Altamira/PA.

Protocolo: 991452

RECOMENDAÇÃO Nº 004/2023-MP/2ªPJM**EXCELENTÍSSIMO SENHOR,****CEL QOPM/PA JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR****COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ.****Assunto: RECOMENDAÇÃO**

Ref: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PA n. 003/2023-MPPA/2ªPJM

SR. COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da 2ª Promotoria de Justiça Militar, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no artigo 127 e 129, inciso II da Constituição Federal de 1988, c/c o artigo 27, parágrafo único, inciso IV da Lei Federal nº 8.625/93 e artigo 55, parágrafo único, inciso IV da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e; CONSIDERANDO o dever do Ministério Público, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme previsto no artigo 127, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o artigo 129, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que incumbe ao Ministério Público o Controle Externo da Atividade Policial, compreendido neste contexto a atividade do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o art. 1º da Resolução 164/17 do Conselho Nacional do Ministério Público, a qual preconiza que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público, objetivando persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos;

CONSIDERANDO o caráter preventivo das medidas expostas na recomendação em tela a serem implementadas pelo Comando da Polícia Militar do Estado do Pará, objetivando a salvaguarda de interesses, direitos e bens tutelados pelo Ministério Público, conforme dispõe o art. 4º da Resolução 164/17 do CNMP;

CONSIDERANDO o art. 55 do Código de Processo Penal Militar tendo em atenção especial o resguardo das normas de hierarquia e disciplina como base das organizações das forças armadas, estendido às forças auxiliares; CONSIDERANDO as disposições legais determinadas pelo Decreto 11.615,